

# A construção das identidades de gênero

**Maria Lúcia Vannuchi**

## **Resumo**

Este texto tece algumas considerações acerca do processo de constituição das identidades de gênero, a partir da construção histórico social de mulheres e de homens em conformidade com contextuais paradigmas femininos e masculinos. Ancora-se em algumas vertentes das teorias de gênero, sobretudo nas elaborações de Scott, Kergoat e Hirata, bem como nas reflexões de Bourdieu a respeito das subjetividades como forma de habitudines internalizadas.

## **Palavras-chave**

Gênero, identidades sociais, subjetividades.

## **Abstract**

This paper presents some considerations about the constitution of gender identities, from the historical social construction of women and men in accordance with contextual paradigms women and men. It is anchored in some aspects of theories of gender, especially in the elaborations of Scott, Kergoat and Hirata, as well as in Bourdieu's reflections about the subjectivity as a form of internalized habitudines.

## **Key Words**

gender, social identities, subjectivities.

Doutora em Sociologia pela Unesp de Araraquara (SP), Mestre em Ciências Humanas pela UFG de Goiânia, Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

*Recebido em 30/06/2010. Aprovado em 30/09/2010*

<sup>1</sup> SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. *Estudos feministas*. Florianópolis, 13(1), janeiro – abril / 2005, p. 29.

## A construção das identidades de gênero

### Gênero: diversidade de abordagens e identidades

As relações de gênero na sociedade contemporânea são hierarquizadas, verticalizadas, de cunho androcêntrico, e elas não podem ser pensadas a partir da redutora perspectiva de binarismos, de dualidades, de tradicionais dicotomias que confrontam mulheres e homens.

São múltiplas as identidades de gênero, e estas também não podem ser pensadas em termos absolutos, cristalizados, definitivos, mas como resultantes de práticas sociais historicamente contingentes. Scott chama a atenção para seu complexo e mutável processo de construção.

Faz mais sentido perguntar como os processos de diferenciação social operam e desenvolver análises de igualdade e discriminação que tratem as identidades não como entidades eternas, mas como efeitos de processos políticos e sociais.<sup>1</sup>

A despeito das relações de gênero serem desiguais e marcadas pela supremacia masculina, é preciso fugir da perspectiva de vitimização da mulher; primeiramente, porque as relações de gênero são interpessoais, de interdependência, e como tal pressupõe responsabilidades mútuas na relação de poder estabelecida. Mas, sobretudo porque vitimizar é contribuir para a instalação do sentimento de impotência, é fragilizar.

As várias vertentes das teorias de gênero que se debruçam sobre tais relações, a despeito da diversidade de abordagens, compartilham a concepção de constructo das identidades de gênero, e têm como objetivo comum a desnaturalização do social; o propósito de elucidar o incessante processo de construção histórico-social e cultural das identidades de mulheres e de homens.

Scott pontua que as pessoas nascem simplesmente do sexo feminino, do sexo masculino, mas a

criação dos paradigmas de mulheres e homens, passa pela elaboração cultural de tais características: “gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”<sup>2</sup>.

A autora ressalta o processo de construção das idéias acerca dos papéis, das funções, das posições de mulheres e homens no bojo de relações de poder, desvelando, assim, as origens sociais das identidades de seres de sexos diferentes.

O gênero torna-se antes, uma maneira de indicar construções culturais - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres.<sup>3</sup>

Sem negar as particularidades biopsíquicas individuais – que significaria resvalar para um essencialismo sociológico - as teorias de gênero revelam os meandros da construção das relações de gênero como formas específicas de relações sociais marcadas pela desigualdade. A categoria conceitual “gênero” traduz, pois, “a organização social da diferença sexual”<sup>4</sup>.

Igualdade não pressupõe desconsiderar, ou mais, descaracterizar as peculiaridades biológicas das pessoas que, face ao avanço tecnológico podem ser, inclusive, modificadas. Ou seja, hoje mesmo as diferenças biológicas não podem ser consideradas destino biológico, e muito menos, destino sócio-cultural. Antes, igualdade implica em reconhecer e respeitar as diferenças existentes, sem tomá-las como suporte de um destino pré-determinado de mulheres e de homens e, como fundamento de um desnível de posições, de diferenças sexualizadas em termos de oportunidades econômicas, sociais e políticas.

### **Práticas sociais e identidades de gênero**

Em cada momento histórico, um processo específico de socialização, realizado por indivíduos e/ou instituições, responde pela internalização, nos sujeitos sociais, dos traços constituintes da sociedade em que se inserem.

<sup>2</sup> Id. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol.20, n.2, jul./dez. 1995, p.75.

<sup>3</sup> SCOTT, J. W. Op. cit. 1995, p. 75.

<sup>4</sup> Id. Entrevista. *Estudos feministas*. Florianópolis, n. 1/1998, p.115.

<sup>5</sup> WHITAKER, D. *Mulher & Homem: o mito da desigualdade*. São Paulo: Moderna, 1989, p. 25.

A educação que a criança irá receber no seio da família, primeira instância de socialização, tem peso fundamental. Whitaker pontua que a família, enquanto “agência” educadora funciona como correia de transmissão do sistema social, na medida em que é, inicialmente, a responsável pela construção dos modelos de meninas e de meninos.

Exerce uma ação domesticadora sobre ambos os sexos, mas não indistintamente, posto que “... o modelo feminino é muito mais artificial, envolvendo maior grau de repressão e subordinação. Sob a aparente indiferenciação entre as crianças, ocorre um processo de socialização diferenciada”.<sup>5</sup>

As famílias, quase sempre, despendem tratamento mais diferenciado aos(às) filhos(as) do que as reais diferenças requereriam; os meninos, muito mais do que as meninas, são incentivados a desenvolver atividades que estimulam o corpo e a apresentar comportamentos arrojadados, audaciosos; recebem por brinquedos: caminhãozinho, simulacros de armas, bola, bicicleta, e equipamentos vários que ativam os movimentos corporais. Mas, se são estimulados fisicamente, em contrapartida suas emoções são cerceadas pelo fatídico “homem não chora”.

Às meninas estão reservadas atividades lúdicas que reproduzem o universo doméstico, preparando-as para a gestão do lar. Recebem como presentes: boneca, panelinha, fogãozinho, vassourinha e, dependendo do poder aquisitivo das famílias, toda uma parafernália eletro-eletrônica de utensílios domésticos em miniatura para brincarem de “casinha”, para aprenderem a ser boas mães, esposas exemplares, e eficientes donas-de-casa. Nelas, são incentivadas posturas dóceis, de aquiescência e submissão, traduzidas como predicados de feminilidade. Ao contrário dos meninos, são, mesmo que de forma implícita, estimuladas a fazer do choro poderosa arma, utilizável em qualquer situação de conflito, porque quando choram percebem-se acolhidas, confortadas e protegidas.

A Escola tende a dar continuidade ao processo de socialização diferenciada iniciado pela família; em geral são as alunas que auxiliam as professoras nas atividades de limpeza e organização das salas de aulas, que apagam os escritos em giz das lousas,

enquanto os meninos brincam ou descansam. Reforcem-se, assim, o processo de divisão de espaços sociais já iniciado no universo familiar, e os tradicionais comportamentos sexuados.

Dessa forma, apesar da crescente taxa de profissionalização das mulheres, não há de se negar que, se aos meninos o mercado de trabalho é sempre apresentado como prioridade, a elas, este ainda se delinea como uma opção dentre outras, que concorre com o sonho de casamento com um “bom partido”, isto é, com um homem provedor que a desobrigue de assumir o árduo e emancipador exercício da própria autonomia, da própria liberdade.

E, em sendo as relações de gênero transversais, perpassam todos os espaços sociais, todas as instâncias da existência humana; podem ser observadas no universo doméstico e no profissional, e respondem pelo sexismo presente nas construções simbólicas, nas representações sociais. Tais simbolismos e representações gerados pelas relações de gênero, as reproduzem, uma vez que incidem sobre o processo de construção das identidades de gênero. Logo, apresentam-se imbricadas as ordens material e simbólica de dominação.

No decorrer da História, a mulher tem sido, simbolicamente, demonizada ou santificada. As representações dela construídas obscurecem a dimensão humana de um ser que, na realidade, não apresenta estatura de anjo e tampouco de demônio.

Na explicação da origem dos males do mundo, tanto pela mitologia clássica quanto na perspectiva judaico-cristã, encontramos esta figura demoníaca ou santificada da mulher.

O mito de Lilith, a lua negra, marca as tradições rabínica e mesopotâmica, e em menor medida, também as egípcia e greco-romana. Lilith é representada como a mulher-demônio que teria contribuído para a expulsão da primeira mulher e do primeiro homem, do Jardim do Éden.

Lilith é um mito arcaico, seguramente anterior, na redação jeovística da Bíblia, ao mito de Eva, por isso se pode dizer que Lilith foi a primeira companheira de Adão. É claro que o conteúdo do mito de Lilith tem for-

<sup>6</sup> SICUTERI, R. *Lilith: a Lua Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 100.

<sup>7</sup> CHAUI, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2001, p. 29 – 30.

<sup>8</sup> José Dadrino, conhecido como o Profeta Gentileza, nasceu em Cafelândia (SP) em 11 de abril de 1919, e faleceu em Mirandópolis (SP) em 28 de maio de 1996. Apesar de paulista, sua memória vincula-se ao Rio de Janeiro, por cujas ruas circulava nas décadas de 1980 e 1990. Era uma figura singular, de longa barba que, invariavelmente, trajava uma túnica branca à moda de Antônio Conselheiro, o líder da revolução de Canudos. Por onde passava, o Profeta Gentileza fazia inscrições em paredes públicas que subvertiam as normas gramaticais, e ostentando diversificados estandartes, pregava uma nova ordem social, centrada em relações mais solidárias. Disponível em: <http://www.google.com.br>. Acesso em 12 jun. 2010.

tes paralelismos com o mito de Eva. Porém, parecem útil por em relevo um particular: Lilith entra no mito já como demônio. <sup>6</sup>

Posteriormente, outra figura feminina é responsabilizada pelos infortúnios humanos: Eva, mulher sedutora, que teria contribuído para que Adão e, conseqüentemente, toda a humanidade vindoura perdesse o direito ao paraíso terrestre, e tivesse que arcar com o ônus da própria sobrevivência, vaticinado na sentença “comerás o pão com o suor de seu rosto”, que transforma o trabalho - protoforma de humanização - em pena que se paga por viver .

Na mitologia clássica, é Pandora que responde pela mazelas do mundo:

Os deuses fizeram uma mulher encantadora, Pandora, a quem foi entregue uma caixa que conteria coisas maravilhosas, mas nunca deveria ser aberta. Pandora foi enviada aos humanos e, cheia de curiosidade e querendo dar a eles as maravilhas, abriu a caixa. Dela saíram todas as desgraças, doenças, pestes, guerras e, sobretudo, a morte.” <sup>7</sup>

Pode-se constatar nos exemplos citados, que os pecados são sempre o descumprimento das normas, a curiosidade, o incontido desejo de saber e conhecer o novo, de transpor os limites impostos pela ordem androcêntrica. E, acima de tudo, o exercício da própria sexualidade, que é negada à mulher e nela percebida como prática pecaminosa.

Outra mulher, Maria, a grande figura do cristianismo, recebe de Deus a graça de ser mãe de seu filho justamente por ser imaculada, por ser virgem, ou seja, por jamais ter experimentado a conjunção carnal com outro homem. Gera em seu ventre Cristo que conforme o mistério da Santíssima Trindade é também o próprio Deus corporificado em três pessoas, em uma trilogia divina exclusivamente masculina.

Uma das vozes que questiona tal representação é a do profeta Gentileza<sup>8</sup> que enuncia a Santíssima Quatrindade, nela incluindo “SSenhora – Mamãe Marria Aparrecida”, a personificação feminina de uma das pessoas que integram a divindade cristã, como se pode observar na ilustração abaixo.



<sup>9</sup> SCOTT, J. “La querelle des femmes” no final do século XX. *Estudos feministas*. Florianópolis, 09(2), 2001, p.376.

Também na linguagem, as normas gramaticais contribuem para a invisibilidade da mulher, ao recomendarem a utilização de vocábulos masculinos nas referências a coletivos de ambos os sexos.

Scott chama a atenção para a natureza “gendrada” da linguagem, observando que “os homens sempre foram considerados como representantes do universal (dos indivíduos socialmente indiferenciados, descorporificados e assexuados)”.<sup>9</sup> Destarte, os termos masculinos não contemplam a diversidade sexual e subsumem o feminino.

Também Romito, reconhecendo a importância desta questão idiomática, alerta para a necessidade de desvelarmos os mecanismos ideológicos que, mesmo pouco ou nada perceptíveis, fazem-se presentes no linguajar cotidiano e moldam comportamentos.

<sup>10</sup>ROMITO, P. Trabalho, maternidade e saúde das mulheres: algumas notas metodológicas. In: OLIVEIRA, E. M., SCAVONE, L. (orgs.). *Trabalho, saúde e gênero na era da globalização*. Goiânia: AB, 1997, p. 18 – 19.

<sup>11</sup>FOUCAULT, M. *História da sexualidade-I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993, p. 89.

Também Romito, reconhecendo a importância desta questão idiomática, alerta para a necessidade de desvelarmos os mecanismos ideológicos que, mesmo pouco ou nada perceptíveis, fazem-se presentes no linguajar cotidiano e moldam comportamentos.

A existência, desde os anos 70, do novo feminismo colocou em ação a contestação da linguagem corrente: revelando, primeiro, que, quando se dizia homem, fingindo que o significado do termo fosse ‘ser humano’, significando, na verdade, homem (como em ‘direitos do homem’, por exemplo); demonstrando que a linguagem espelha uma cultura e uma organização social feita à ‘moda do homem’ (leia-se ‘homem’, e não ‘ser humano’).<sup>10</sup>

Até mesmo os signos gráficos de mulher e homem, parecem-nos impregnados de ideologia sexista: para representar o feminino, uma cruz, símbolo de sofrimento e peso, desenhada sob um círculo, apontando para baixo, sentido descendente; para simbolizar o masculino, uma seta aposta obliquamente a um círculo, tendendo ao infinito, ascendente convite para se alçar vôo. São pormenores que têm grande força.

Tais valores, paulatinamente inoculados, contribuem para fazer da mulher um ser mais cordato e submisso do que o homem, de baixa auto-estima e desatento às próprias necessidades; capaz de contentar-se com muito pouco, por desconhecer sua real dimensão.

Estes seriam, na perspectiva de Foucault, os mecanismos por excelência para forjar corpos dóceis e produtivos, moldados por um poder molecular, difuso, atomizado; por uma teia de micropoderes com histórias específicas e tecnologias próprias. Poder onipresente

“... não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provem de todos os lugares”.<sup>11</sup>



Sem dúvida, a manipulação ideológica de atributos naturais de mulheres e homens, visando ao estabelecimento de relações sociais verticalizadas é, no conjunto dessas tecnologias, eficaz mecanismo de poder.

A construção das identidades de gênero é marcada pela transversalidade e é onipresente; acontece simultaneamente nos múltiplos espaços sociais.

A discriminação que a mulher conhece no mercado de trabalho, quando nele ingressa, tanto é gerada no próprio espaço profissional quanto reflete o acúmulo de tantas outras depreciações anteriormente cultivadas, que moldam uma futura trabalhadora produtiva e mais facilmente manipulável.

Ao transpor os limites do lar, a mulher costumeiramente depara-se com alternativas menos atraentes do que as que são oferecidas ao homem - postos de trabalho de menor relevância, salários mais baixos, setores ocupacionais feminizados, nos quais de certa forma reproduz as atividades e posturas serviçais ou assistenciais ensaiadas no lar e na escola, e recomendadas, de modo geral, pelas Igrejas.

Na produção industrial, por exemplo, ela tem respondido por funções que requerem habilidade manual, destreza, coordenação motora fina e paciência, considerados predicados naturais da mulher.

Aptidão inata ou socialmente construída?

Kergoat considera que

“...ao invés de dizer que as operárias têm uma formação inexistente ou mal adaptada, dizemos o contrário, que elas têm uma formação perfeitamente adaptada aos empregos industriais, que se lhes propõem. Dizemos também que elas a adquiriram, inicialmente, através de um aprendizado (na profissão de futura mulher, quando eram meninas), depois mediante uma formação contínua (trabalhos domésticos). As operárias não são operárias não qualificadas ou trabalhadoras manuais porque são malformadas pela escola, mas porque são bem formadas pela totalidade do trabalho reprodutivo (...) e as próprias operárias interiorizam essa banalização de sua própria qualificação e, algumas vezes mesmo, a desvalorização de seu trabalho...”<sup>12</sup>

<sup>12</sup> KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. (org.) *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986, p. 84.

Além da natureza dos postos de trabalho, outro problema grave enfrentado pelas mulheres refere-se aos caminhos que as conduzem à ascensão profissional. Muitas mulheres “escolhem”, “preferem” ocupações nas quais haja a possibilidade de horários flexíveis, de preferência em tempo parcial, contratações por tempo determinado, trabalhos em domicílio, precarizados, que embora joguem por terra históricas conquistas dos(as) trabalhadores(as), permite a elas conciliar o trabalho remunerado com os afazeres domésticos, em dupla ou tríplice jornada de trabalho.

As limitações que a mulher vivencia em decorrência do processo de articulação das atividades extradomésticas e domésticas representam empecilhos para se galgar posições superiores em um mundo do trabalho que requer adesão incondicional dos(as) empregados(as), que os(as) valoriza na medida em que “vistam a camisa” das empresas.

A situação não é diferente no cenário da representação política, considerado um espaço talhado para homens, predominantemente masculino que, conseqüentemente, configura-se como o não lugar da mulher.

No intuito de corrigir a subrepresentação da mulher nos quadros do poder político, vários países implementaram ações afirmativas na forma do sistema de cotas.

A legislação eleitoral vigente no Brasil, Lei 9504/97, dispõe sobre um percentual mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, nas listas de partidos políticos ou coligações, elaboradas para as eleições proporcionais. A dificuldade encontrada pela maioria dos partidos políticos para preenchimento do percentual feminino de candidatas comprova esta masculinização das instâncias do poder político e a necessidade de se investir na formação política da mulher e incentivar sua participação nos pleitos eleitorais.

Acreditamos que o sistema de cotas é pertinente e necessário como um primeiro passo para a equalização sexual nas instâncias políticas, mas, no Brasil ainda é um instrumento legal tímido, por pre-

ver cotas sexuadas apenas para a composição da lista de candidatos(as), que podem ou não ser eleitos(as), e também por não estabelecer sanções para casos de descumprimento da legislação. E ainda não prevê, o que seria mais eficaz: cotas sexuadas para provimento de cargos nas instâncias dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Dista muito do que seria efetivamente justo: a paridade.

<sup>13</sup> SCOTT, J. W. Op. cit 2005.

Mesmo tímida, a lei enfrenta acirrada oposição. Scott<sup>13</sup> com muita propriedade afirma que as pessoas que se opõem às ações afirmativas ancoram-se, via de regra, no argumento do mérito, consoante uma concepção abstrata de um direito universal de indivíduos não corporificados – embora este universal seja representado como masculino - desconsiderando que os corpos em sua materialidade real são sexuados, racializados, têm nome, idade, e inserem-se em determinada classe social.

Para Bourdieu, tal assimetria sexuada nos diversos espaços sociais - família, escola, trabalho, poder político - não pode ser naturalizada e tampouco eternizada, pelo fato de existir em diferentes dimensões espaço-temporais. Na verdade essa recorrência deriva de um trabalho incessante de produção e reprodução, para o qual contribuem diferentes agentes sociais: indivíduos e instituições.

### **A imbricação de elementos materiais e simbólicos na construção das identidades de gênero.**

Ha dominação masculina é um das formas de dominação simbólica - sistema de relações que a despeito de apresentar-se como natural, é fenômeno histórico, social e culturalmente produzido. As relações verticalizadas são criadas na objetividade de ações institucionais que estabelecem formas de divisão de espaços e papéis sociais.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante. Esse programa social de percep-

<sup>14</sup> BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 18 - 20.

<sup>15</sup> BOURDIEU, P. Op. cit., p. 45.

ção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos. A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho.<sup>14</sup>

Tais construções objetivas subjetivam-se sob forma de esquemas cognitivos, de sistemas de percepções, que formatam as identidades de gênero. O princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas. E aí reside a violência simbólica que se ancora nos canais da comunicação, do conhecimento, e que pode se valer de um idioma, de um estilo de vida, de uma cor de pele, e de um sexo específico. Violência que, para realizar-se, busca o assentimento dos (as) dominados(as). Bourdieu acrescenta:

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus* moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica.<sup>15</sup>

As estruturas sociais – *habitudines* - subjetivam-se em *habitus* - disposições adquiridas, gostos, estilos, princípios de distinção e classificação. Ou seja: *habitus*,

enquanto estruturas incorporadas, constituem uma ponte entre as *habitudines* que os produzem e reproduzem e as ações humanas que neles se enraízam. Ocorre uma subjetivação da objetividade e uma objetivação, através de ações sociais, dessa internalização socialmente produzida. Assim, as condições objetivas e subjetivas interagem incessantemente na construção das identidades dos sujeitos sociais.

<sup>16</sup> BOURDIEU, Op. cit., p. 77.

Bourdieu não confere à categoria *habitus* a condição de estrutura fixa e imutável, propulsora de práticas sociais homogêneas e predefinidas. Leva em conta a dinâmica de *habitus* que, se de um lado revelam a força instituinte das estruturas, de outro não se estabelecem de forma mecânica; passam pelos filtros de sujeitos sociais ativos que não são meros reflexos passivos das estruturas sociais. Daí abrir-se também, a possibilidade não só de reproduções, mas também de contraposições.

Bourdieu muito contribui para o entendimento das identidades de gênero, ao elucidar os mecanismos da dominação que, gerada em instâncias objetivas, reproduz-se através da subjetivação. A própria mulher internaliza princípios androcêntricos, introjeta o paradigma de relações hierarquizadas, desiguais e de opressão, objetivamente construídas; há todo um sistema de estruturas inscritas nas coisas e nos corpos, que se legitima pela subjetivação, terreno fértil para o desenvolvimento da nefasta '*learned helplessness*'.

Segundo a lei universal de ajustamento das esperanças às oportunidades, das aspirações às possibilidades, a experiência prolongada e invisivelmente mutilada de um mundo sexuado de cima a baixo tende a fazer desaparecer, desencorajando-a, a própria inclinação a realizar atos que não são esperados das mulheres - mesmo sem estes lhes serem recusados... aquela experiência favorece o aparecimento de uma "impotência aprendida".<sup>16</sup>

De acordo com Hirata, o temor da mulher em lidar com o sucesso, a dificuldade para sentir-se à vontade em posições de prestígio é socialmente construído e corrobora, ainda que de forma não determinante, para a persistência nos espaços profissionais de uma

<sup>17</sup> HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latinoamericana de estudios del trabajo: Gênero, Tecnologia e Trabalho*. ano 4, n. 7, 1998, p.12.

<sup>18</sup> Apud BRITO, J. , OLIVEIRA, S. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: SILVA FILHO, J.F., JARDIM, S. (org.) *A danação do trabalho: organização do trabalho e sofrimento psíquico*. Rio de Janeiro: Te Corá Ed., 1997.

<sup>19</sup> BOURDIEU, op. cit., p. 138.

hierarquia social e técnica, com a supremacia do masculino. Ela ilustra o referido fenômeno, através da fala de uma operária que, para afirmar a sua competência, negava a própria identidade sexual: “Tem que ter postura bem profissional, como se fosse um homem trabalhando”.<sup>17</sup>

E, face à introjeção de valores que conferem primazia às funções de mãe, esposa, dona-de-casa, quantas mulheres não carregam consigo, ao ingressarem no mercado de trabalho, forte ansiedade e sentimento de culpa?

O processo de auto-culpabilização, corriqueiramente, produz intenso *stress* e traz profundo desgaste emocional à mulher trabalhadora que, não se há de negar, faz malabarismos para conciliar as atividades familiares e profissionais.

Abramo<sup>18</sup> com muita pertinência, afirma pairar sobre a trabalhadora a sombra de uma outra mulher, vinculada à vida doméstica, que a limita, cerceia e tolhe seus passos.

Bourdieu, ainda que detecte na unidade doméstica, um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta, observa que seus tentáculos têm maior alcance:

O princípio de perpetuação das relações de força materiais e simbólicas que aí se exercem se coloca essencialmente fora desta unidade, em instâncias como a Igreja, a escola ou o Estado e em suas ações propriamente políticas, declaradas ou escondidas, oficiais ou oficiais.<sup>19</sup>

Ao enfatizar a autonomia das estruturas sexuais em relação às estruturas econômicas, ou seja, a autonomia dos modos de reprodução em relação aos modos de produção, Bourdieu chama a atenção, justamente, para a necessidade de apreender as combinações históricas de mecanismos estruturais e estratégias institucionais que produzem e reproduzem relações de dominação entre os diferentes sexos.

Há um processo contínuo e complexo de produção de mecanismos para a manutenção de um sistema de desigualdades entre sexos que, vale frisar, é marcado por permanências e mudanças.

Responde pelas alterações ocorridas, um conjun-

to de fatores de natureza objetiva e subjetiva que não podem ser pensados dissociadamente e sim, como *habitus* e *habitudines* que se retroalimentam.

Apesar das modificações das condições de vida e de trabalho da mulher no espaço doméstico ou profissional, não se pode desconsiderar a força inercial das permanências, presente tanto nas instâncias objetivas que respondem pelas divisões sexualizantes quanto nos espaços simbólicos das representações sociais. Muito muda, mas muito ainda se mantém.

Ferrand considera que

tudo se passa como se a cada passo em direção a uma sociedade mista, a cada etapa em direção a uma maior igualdade entre os sexos, se constituíssem simultaneamente processos sociais visando reconstruir imediatamente a diferença.<sup>20</sup>

Consoante Bourdieu, poderíamos dizer que, se as mulheres continuam enfrentando múltiplas formas de discriminação, se seguem excluídas dos altos cargos profissionais, se recebem salários mais baixos, se continuam sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho e precariamente representadas nas instâncias do poder, tais mudanças “ocultam, de fato, a permanência nas posições relativas”.<sup>21</sup>

É preciso, pois, caracterizar o sentido de tais mudanças; elas tanto podem ocorrer como estratégia do poder instituído para garantir sua própria continuidade quanto como contraposição a ele, na forma de projetos que de fato ameacem a ordem androcêntrica. Para melhor compreendermos as relações sociais, e dentre estas especificamente as de gênero, é necessário observar essa dança dialética das permanências e mudanças, para apreender o seu sentido e direções. Acerca do que permanece é preciso investigar os mecanismos e estratégias que garantem as permanências, e, sobretudo, como elas acontecem. Mais complexa é a análise das mudanças, uma vez o termo abriga inúmeras possibilidades, inclusive a conservadora tática de mudar para manter, para não possibilitar mudanças de maior

<sup>20</sup> Apud HIRATA, H. *Reorganização da produção e transformações do trabalho*. Uma nova divisão sexual do trabalho?. Seminário: Estudos de Gênero face aos dilemas da sociedade brasileira, Itu - SP, 2001. Xerocópia, p. 11.

<sup>21</sup> BOURDIEU, op. cit, p. 108

abrangência. As mudanças que vêm ocorrendo nas relações de gênero são inegáveis, os avanços da mulher e incessante conquista de novos espaços merecem celebração, mas o caminho a percorrer no processo de desmonte da ordem androcêntrica e de construção de relações simétricas de gênero, ainda é longo.

### Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRITO, J., OLIVEIRA, S. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: SILVA FILHO,

J.F., JARDIM, S. (org.) *A danação do trabalho: organização do trabalho e sofrimento psíquico*. Rio de Janeiro: Te Corá Ed., 1997.

CHAUI, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2001.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade-I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

HIRATA, H. *Reorganização da produção e transformações do trabalho*. Uma nova divisão sexual do trabalho?. Seminário: Estudos de Gênero face aos dilemas da sociedade brasileira, Itu - SP, 2001. Xerocópia.

\_\_\_\_\_ Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latinoamericana de estudios del trabajo: Gênero, Tecnologia e Trabalho* ano 4, n. 7, 1998, p.5-27.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. (org.) *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

ROMITO, P. Trabalho, maternidade e saúde das mulheres: algumas notas metodológicas. In: OLIVEIRA, E. M.,

SCAVONE, L. (org.). *Trabalho, saúde e gênero na era da globalização*. Goiânia: AB, 1997.



SCOTT, J. O enigma da igualdade. *Estudos feministas*. Florianópolis, 13(1), janeiro – abril / 2005, p.11 – 30.

\_\_\_\_\_. “La querelle des femmes” no final do século XX. *Estudos feministas*. Florianópolis, 09(2), 2001, p.367 – 388.

\_\_\_\_\_. Entrevista. *Estudos feministas*. Florianópolis, n. 1, 1998, p.114 – 124.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol.20, n.2, jul./dez, 1995, p. 71- 99.

SICUTERI, R. *Lilith: a Lua Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

WHITAKER, D. *Mulher & Homem: o mito da desigualdade*. São Paulo: Moderna, 1989.

